

ATA DA 103ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA – CIMGC

05 de fevereiro de 2018, 2ª feira, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sala dos Conselhos, 5º andar

Início: 14h45min Término: 16h30min

Membros Participantes

Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério do Meio Ambiente
Ana Luiza O. Champloni – Ministério da Fazenda
Cibele Dutra França – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Elvison Nunes Ramos – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Gustavo Fontenele – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Luiz de Andrade Filho – Ministério das Relações Exteriores
Luiz Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia
Márcio Rojas da Cruz – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Milena S.M. Medeiros – Casa Civil da Presidência da República
Pedro Alves Corrêa Neto – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Outros Participantes

João Antônio F. Salomão – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Leonardo Póvoa – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Sonia Regina Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Kediley Sousa – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Assuntos abordados:

1. Aprovação da Ata da 102ª reunião ordinária da CIMGC.

Aprovada por unanimidade

2. Proposição do GT MDL Florestal sobre o “Critério de enquadramento em atividades de projeto de florestamento e reflorestamento de pequena escala, no que se refere à definição de comunidades de baixa renda” para alteração do art. 3º da Resolução nº 3, da CIMGC, de 24 de março de 2006.

O representante do MCTIC, que conduziu a reunião, fez um breve relato sobre o andamento do trabalho do GT MDL Florestal, agradecendo a colaboração de todos e anunciou a presença na reunião do Dr. João Antônio Salomão, do MAPA, o qual a convite da secretaria-executiva está colaborando com o GT na definição do critério de enquadramento em atividades de projeto de florestamento e reflorestamento de pequena escala, no que se refere à definição de comunidades de baixa renda. Em seguida, passou a palavra à secretária-executiva da CIMGC que apresentou as principais conclusões obtidas pelo GT até o momento, as dificuldades observadas para definição de comunidade de baixa renda considerando as características do setor

florestal e a necessidade da continuidade dos estudos pelo GT para a finalização do trabalho. Os membros presentes, visando colaborar com o GT, apresentaram as seguintes sugestões:

- considerar apenas o critério de até 16.000 tCO₂e de remoções líquidas reais por ano estabelecido pelo Conselho Executivo do MDL e elaboração de justificativa técnica consistente para o fato do Brasil não definir outro critério para enquadramento em comunidade ou indivíduo de baixa renda, além da área limitada do projeto pela remoção líquida de CO₂ equivalente permitida;
- adotar o critério do PRONAF (R\$ 360 mil/ano) de máximo rendimento da propriedade, com a ressalva de que tal critério possa ser alterado caso se observe a necessidade;
- pesquisar quais critérios foram adotados por outros países que já tenham solicitado registro de projeto MDL de florestamento e reflorestamento de pequena escala; e
- exigir do participante de projeto uma declaração de que se enquadra em critérios de baixa renda pré-definidos pela CIMGC.

3. Necessidade de alteração na remessa de documentos à Secretaria Executiva da CIMGC, para que a documentação referente ao tema se adeque ao que dispõem as Portarias nº 546 e nº 34, de 25 de julho de 2016, que determinam o meio eletrônico como formato exclusivo para a protocolização e tramitação de documentos no âmbito do MCTIC.

O representante do MCTIC informou sobre o procedimento adotado recentemente pelo ministério que determina exclusivamente o meio eletrônico para tramitação de documentos. Tal procedimento possibilitará ao usuário inserir diretamente no SEI as solicitações a respeito de projetos MDL. Explicou que a solicitação para que a secretaria-executiva da CIMGC se adeque ao processo ocorreu no final do ano passado e o assunto será discutido em breve com a equipe de processo eletrônico do MCTIC para esclarecimento sobre as providências que deverão ser adotadas para internalizar o processo no âmbito da CIMGC.

4. Recomendação da Procuradoria da República no Estado do Amazonas sobre a necessidade de realização de consulta livre, prévia e informada, na forma estabelecida na Convenção nº 169 da OIT, às comunidades indígenas e populações tradicionais potencialmente afetadas por atividades que envolvam créditos de carbono e outros eventualmente atingidos.

O representante da CIMGC informou aos presentes o recebimento pela secretaria executiva da Recomendação nº 9/2017/PR/AM/MPF que trata da realização de consulta livre, prévia e informada, na forma estabelecida na Convenção nº 169 da OIT, às comunidades indígenas e populações tradicionais potencialmente afetadas por atividades que envolvam créditos de carbono. Esclareceu que submeteu o documento à apreciação da CONJUR do MCTIC, a qual orientou dar conhecimento aos membros sobre o assunto, não havendo, entretanto, necessidade de resposta por parte da CIMGC uma vez que tal documento apresenta recomendações dirigidas exclusivamente às prefeituras dos municípios de Borba, Autazes, Carauari e Juruá, situados no estado do Amazonas. Nesse contexto, o representante do MMA salientou que além das recomendações terem sido dirigidas especificamente às prefeituras

supracitadas, a não necessidade de resposta se deve, também, ao fato de que os projetos de "créditos de carbono" referidos não estão no âmbito do MDL do Protocolo de Quioto, mas no contexto de projetos do mercado voluntário, não se tratando, portanto de atividades de projetos MDL.

Sobre o assunto, a representante da Casa Civil alertou para o fato de que embora a CIMGC tenha estabelecido, por meio de resolução, o critério de consulta pública antes do projeto ser submetido à validação por Entidade Operacional Designada, a Convenção nº 169 da OIT estabelece procedimentos específicos para consulta às comunidades indígenas e às populações tradicionais. A secretaria-executiva irá analisar se há necessidade de adequação da resolução do CIMGC junto à CONJUR para atender as determinações da OIT.

5. Outros assuntos.

Em seguida, o representante do MCTIC informou que a 4ª edição das Estimativas Anuais das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil já se encontra publicada no SIRENE e que exemplares da publicação impressa, quando finalizada, serão distribuídos aos membros da CIMGC. Informou, também, sobre o lançamento dos resultados do projeto “Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil”, realizado no dia 24 de janeiro de 2018. Esclareceu que os mesmos estão disponibilizados no Portal do MCTIC e no SIRENE.

Ao final, o representante do MCTIC perguntou aos presentes se gostariam de fazer mais alguma ponderação e, não tendo havido manifestação, ele declarou encerrada a 103ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.